



LUIZ HENRIQUE DOS REIS
LUCAS MIGUEL DE ALMEIDA
CAIQUE EDUARDO DOS REIS
THAIS RODRIGUES MENDONÇA

THAIS DE SOUZA PRADO
ISABELA CARNEIRO FIGUEIREDO
ADRIANA FERNANDES PEREIRA
ADÃO JOSÉ FERNANDES JÚNIOR

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – CODEVASF – PR/SLC

Ref.: Pregão Eletrônico nº. 90018/2024

Objeto: Fornecimento de Máquinas Pesadas

XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA. (“Recorrente”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 14.707.364/0001-10, com sede na Rodovia Federal BR-381, sem número, km 854-855, Distrito Industrial, no município de Pouso Alegre/MG, CEP 37.556-830, por intermédio de seu procurador “*in fine*” assinado, vem, perante Vossa Senhoria, com fulcro na cláusula 5.3.6, do Edital, cumulado com artigo 4º, inciso XVIII, da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, e artigo 44, do Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, apresentar suas

RAZÕES RECURSAIS

contra a r. decisão proferida nos autos do processo licitatório em epígrafe que declarou vencedor do item 7, do Edital, o licitante **LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA** (“Recorrida”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 25.521.683/0001-53, com sede na Rodovia Federal BR-381, sem número, km 488, Distrito Industrial Paulo Camilo Sul, no município de Betim, Estado de Minas Gerais, CEP 32669-005, endereço eletrônico: ana.vidal@irmen.com.br, neste ato por sua filial, CNPJ nº 11.260.925/0003-50, com sede na Rodovia Governador Mario Covas, nº 256, km 280, Portaria B, sala 89, Bairro Padre Mathias, no município de Cariacica, Estado de Espírito Santo, CEP 29.157-100, pugnando para que seja reconsiderada a decisão recorrida ou seja as razões recursais encaminhadas para deliberação da ilustre Autoridade Superior, consoante as razões de fato e de direito a seguir aduzidas:



LUIZ HENRIQUE DOS REIS
LUCAS MIGUEL DE ALMEIDA
CAIQUE EDUARDO DOS REIS
THAIS RODRIGUES MENDONÇA

THAIS DE SOUZA PRADO
ISABELA CARNEIRO FIGUEIREDO
ADRIANA FERNANDES PEREIRA
ADÃO JOSÉ FERNANDES JÚNIOR

-[I]- **DA TEMPESTIVIDADE**

1. A fase recursal do procedimento licitatório tem como fundamento legal o art. 5º, incisos XXXIV e LV, da Constituição Federal de 1988.
2. O inciso XXXIV, da Carta Maior, garante a todos, independentemente do pagamento de taxas, direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
3. Preliminarmente, salienta-se que nos termos do inciso I, do artigo 165 da lei 14.133 de 1 de abril de 2021, cabe recurso administrativo no prazo de 03 (três) dias da decisão que declare vencedor em pregão.

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - Recurso, no prazo de 3 (três) dias uteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

(...)

b) Julgamento das Propostas;

(...)

4. Portanto, apresentado o presente recurso na presente data, o mesmo se faz tempestivo.

-[II]- **FUNDAMENTO DE FATO**

5. O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf, deflagrou procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo menor preço, registrado sob o número 90018/2024, tendo por objeto a aquisição de Escavadeiras Hidráulicas sobre rodas.

6. A empresa XCMG BRASIL apresenta seu Recurso Administrativo contra a decisão que declarou a empresa Recorrida vencedora dos itens 03, 06, 07 e 10, Anexo I – Termo de Referência, do referido certame, em razão de todos os fatos e fundamentos a seguir expostos.

-[III]-

FUNDAMENTOS DE DIREITO

III.1 – DA IRREGULARIDADE

Ausência de Apresentação dos Certificados TIER III/MAR-I

7. Ilustre Sr. Pregoeiro, uma das especificações do produto exigido no presente certame, descritos nos itens 03, 06, 07 e 10 do Edital do Pregão Eletrônico 90018/2024, são a apresentação de certificação TIER/MAR-I e cabine fechada ROPS/FOPS, dos aludidos equipamentos. Vejamos a descrição:

3	478120	Escavadeira Hidráulica sobre esteiras, ano de fabricação corrente, com <u>cabine fechada Rops/Fops</u> , ar condicionado, equipada com motor diesel com potência bruta (nominal) de no mínimo 130 hp ou unidade equivalente, declarado pelo fabricante, capacidade volumétrica da caçamba mínima de 0,9 m³, peso operacional mínimo de 20.000 kg, <u>certificado EPA Tier III//MAR-I</u> , profundidade de escavação mínima de 5,8 m, abastecida com tanque de combustível cheio. Garantia mínima de 12 meses, contada a partir do recebimento definitivo do bem, atestado pelo fiscal com todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito. A marca ofertada deverá possuir Assistência Técnica Autorizada ou terceirizada/certificada no estado de entrega da máquina. Logomarca da Codevasf em local visível, conforme termo de referência. Deverá ser realizada entrega técnica.	8	R\$ 804.716,81	R\$ 6.437.734,48
---	--------	--	---	----------------	------------------



LUIZ HENRIQUE DOS REIS
LUCAS MIGUEL DE ALMEIDA
CAIQUE EDUARDO DOS REIS
THAIS RODRIGUES MENDONÇA

THAIS DE SOUZA PRADO
ISABELA CARNEIRO FIGUEIREDO
ADRIANA FERNANDES PEREIRA
ADÃO JOSÉ FERNANDES JÚNIOR

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
6	478120	Escavadeira Hidráulica sobre esteiras, ano de fabricação corrente, com <u>cabine fechada Rops/Fops</u> , ar condicionado, equipada com motor diesel com potência bruta (nominal) de no mínimo 130 hp ou unidade equivalente, declarado pelo fabricante, capacidade volumétrica da caçamba mínima de 0,9 m³, peso operacional mínimo de 20.000 kg, <u>certificado EPA Tier III//MAR-I</u> , profundidade de escavação mínima de 5,8 m, abastecida com tanque de combustível cheio. Garantia mínima de 12 meses, contada a partir do recebimento definitivo do bem, atestado pelo fiscal com todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito. A marca ofertada deverá possuir Assistência Técnica Autorizada ou terceirizada/certificada no estado de entrega da máquina. Logomarca da Codevasf em local visível, conforme termo de referência. Deverá ser realizada entrega técnica.	10	R\$ 804.716,81	R\$ 8.047.168,10

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
7	478120	Escavadeira Hidráulica sobre esteiras, ano de fabricação corrente, com <u>cabine fechada Rops/Fops</u> , ar condicionado, equipada com motor diesel com potência bruta (nominal) de no mínimo 130 hp ou unidade equivalente, declarado pelo fabricante, capacidade volumétrica da caçamba mínima de 0,9 m³, peso operacional mínimo de 20.000 kg, <u>certificado EPA Tier III//MAR-I</u> , profundidade de escavação mínima de 5,8 m, abastecida com tanque de combustível cheio. Garantia mínima de 12 meses, contada a partir do recebimento definitivo do bem, atestado pelo fiscal com todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito. A marca ofertada deverá possuir Assistência Técnica Autorizada ou terceirizada/certificada no estado de entrega da máquina. Logomarca da Codevasf em local visível, conforme termo de referência. Deverá ser realizada entrega técnica.	12	R\$ 804.716,81	R\$ 9.656.601,72



LUIZ HENRIQUE DOS REIS
LUCAS MIGUEL DE ALMEIDA
CAIQUE EDUARDO DOS REIS
THAIS RODRIGUES MENDONÇA

THAIS DE SOUZA PRADO
ISABELA CARNEIRO FIGUEIREDO
ADRIANA FERNANDES PEREIRA
ADÃO JOSÉ FERNANDES JÚNIOR

10	478120	Escavadeira Hidráulica sobre esteiras, ano de fabricação corrente, com <u>cabine fechada Rops/Fops</u> , ar condicionado, equipada com motor diesel com potência bruta (nominal) de no mínimo 130 hp ou unidade equivalente, declarado pelo fabricante, capacidade volumétrica da caçamba mínima de 0,9 m ³ , peso operacional mínimo de 20.000 kg, <u>certificado EPA Tier III//MAR-I</u> , profundidade de escavação mínima de 5,8 m, abastecida com tanque de combustível cheio. Garantia mínima de 12 meses, contada a partir do recebimento definitivo do bem, atestado pelo fiscal com todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito. A marca ofertada deverá possuir Assistência Técnica Autorizada ou terceirizada/certificada no estado de entrega da máquina. Logomarca da Codevasf em local visível, conforme termo de referência. Deverá ser realizada entrega técnica.	8	R\$ 804.716,81	R\$ 6.437.734,48
----	--------	---	---	----------------	------------------

8. Ora, Ilustre Sr. Pregoeiro, resta indicado pelos itens 03, 06, 07 e 10 do Edital, a exigência na descrição do equipamento objeto do processo licitatório que a empresa licitante comprove o certificado EPA Tier III/MAR-I.

9. Contudo, a empresa licitante, ora Recorrida, declarada vencedora dos itens 03, 06, 07 e 10 do referido Edital, NÃO APRESENTOU a LCVN, o que, como consequência, caracteriza a ausência de comprovação do Certificado EPA Tier III/MAR-I exigido, conforme adrede mencionado e grifado.

10. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis define o que é a LCVN e o que ela permite, no sítio eletrônico do Governo Federal. Vejamos:

“A Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVN) é o documento que atesta o atendimento à legislação de emissões veiculares (poluentes e ruído) e **permite a comercialização de motores, veículos leves, veículos pesados e máquinas no Brasil.**

Os procedimentos para sua obtenção foram estabelecidos pelas Portarias Ibama nº 86/1996 e 167/1997, e atualizado por normas subsequentes.

A licença é requisito para registro desses mesmos veículos junto ao Senatran.”¹ **(Grifamos)**

¹ <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/emissoes-e-residuos/emissoes/licenca-para-veiculos-motores-ou-maquinas-lcvm-proconve>

11. Assim, resta demonstrada que a apresentação da LCVM é indispensável para que a empresa licitante demonstre que possui permissão para a comercialização da máquina objeto dos itens 03, 06, 07 e 10, do referido certame, configurando, portanto, irregularidade da empresa Recorrida em sua ausência de apresentação.

12. Logo, a Recorrente pleiteia, desde já, que **as presentes razões recursais sejam acatadas pelo Ilustre Pregoeiro, com a finalidade de desclassificar a empresa declarada vencedora, sob pena de configurar afronta às regras editalícias, bem como ao princípio da vinculação ao edital e todas as demais leis que regem o presente processo licitatório.**

B. Da Ausência De Comprovação E Certificação Rops E Fops Dos Equipamentos

13. A empresa Recorrida, declarada vencedora dos itens 03, 06, 07 e 10, **não atende ao requisito de comprovação da certificação de proteção ROPS/FOPS**, expressamente exigida na descrição dos produtos objeto do certame, tampouco apresenta a comprovação da certificação ROPS, conforme se demonstrará de maneira cabal e fundamentada a seguir.

14. Ademais, verifica-se a ausência de qualquer vinculação ou indicação no folheto técnico apresentado pela Recorrida, no que tange aos itens 03, 06, 07 e 10 (Escavadeira Hidráulica sobre esteiras), demonstrando que o equipamento ofertado atende às especificações técnicas de **ROPS/FOPS** exigidas pelo edital, conforme será evidenciado abaixo:

920^{ES} ESPECIFICAÇÕES >>>

PARÂMETROS DE DESEMPENHO	
Peso Operacional	21.000 kg
Capac. Amontoadada Caçamba Padrão (Especificada)	1,0 m³
Velocidade Máxima de Deslocamento	5,0 km/h
Velocidade de Giro	10,5 rpm
Força da Barra de Tração	220 kN
Força de Escavação da Caçamba (ISO)	135 kN
Força de Escavação do Braço (ISO)	105 kN

MOTOR	
Regulação de Emissão	Estágio IIIA
Fabricante	YUCHAI
Modelo	YCA05K160-M300
Potência Nominal	118 kW (158 hp / 160 ps) a 2.000 rpm
Potência Líquida	110 kW (148 hp / 150 ps) a 2.000 rpm
Torque Máximo	620 N·m a 1.400 rpm
Cilindrada	5,0 L

MATERIAL ROLANTE	
Largura da Sapata	700 mm
Número de Sapatas por Lado	46
Número de Roletes Superiores por Lado	2
Número de Roletes Inferiores por Lado	7
DIMENSÕES	
A Comprimento para Transporte	9.580 mm
B Altura para Transporte	3.050 mm
C Bitola	2.200 mm
D Largura do Material Rolante	2.800 mm
E Comprimento até o Centro dos Roletes	3.370 mm
F Comprimento da Esteira	4.155 mm
G Largura Total da Estrutura Superior	2.760 mm
H Raio de Giro Traseiro	2.780 mm
I Vão Livre sobre o Solo para o Contrapeso	1.070 mm
J Altura Total da Cabine	3.040 mm
K Vão Livre sobre o Solo Mín.	440 mm



FAIXA DE TRABALHO	
Comprimento da Lança	5.710 mm
Comprimento do Braço	2.700 mm
A Alcance Máx. de Escavação	9.770 mm
B Alcance Máx. de Escavação no Solo	9.590 mm
C Profundidade Máx. de Escavação	6.480 mm
D Profundidade Máx. de Escavação, nível de 2,5 m (8')	6.230 mm
E Profundidade Máx. de Escavação Parede Vertical	4.600 mm
F Altura Máx. de Corte	9.700 mm
G Altura Máx. de Descarga	6.920 mm
H Raio de Giro Frontal Mín.	3.370 mm
SISTEMA HIDRÁULICO	
Fluxo Total das Bombas Principais	2 x 224 L/min
Pressão de Alívio, principal	34,3 MPa
CAPACIDADES DE SERVIÇO	
Tanque de Combustível	420 L
Óleo do Motor	16 L
Sistema de Arrefecimento	25 L
Reservatório Hidráulico	146 L
Sistema Hidráulico Total	266 L

15. Destarte, evidencia-se que o catálogo técnico da máquina ofertada (Escavadeira Hidráulica sobre esteiras), referente aos itens 03, 06, 07 e 10 apresentado na documentação acostada aos autos pela Recorrida, **não comprova de maneira clara e inequívoca** que a cabine do equipamento atende às características essenciais de segurança, especialmente no que tange à proteção **ROPS/FOPS**, exigida como requisito fundamental no certame.

16. Ilustre Sr. Pregoeiro, as normas ISO 3471 e ISO 3449 definem, respectivamente, os métodos de ensaio para validação de uma cabine de máquinas da linha amarela aos critérios de ROPS e FOPS, as quais apresentam as definições que seguem abaixo, adaptadas segundo as referidas normas.

- **ROPS - Roll Over Protective Structure** (norma ISO 3471) - Estruturas metálicas de proteção na capotagem, com finalidade de reduzir a possibilidade de um operador ser esmagado no evento de uma capotagem da máquina.
- **FOPS - Falling Objects Protective Structure** (norma ISO 3449) - Estrutura protetora contra objetos cadentes, com finalidade de prover ao operador proteção razoável contra



LUIZ HENRIQUE DOS REIS
LUCAS MIGUEL DE ALMEIDA
CAIQUE EDUARDO DOS REIS
THAIS RODRIGUES MENDONÇA

THAIS DE SOUZA PRADO
ISABELA CARNEIRO FIGUEIREDO
ADRIANA FERNANDES PEREIRA
ADÃO JOSÉ FERNANDES JÚNIOR

objetos cadentes, exemplos: rochas, árvores, pequenos blocos de concreto, ferramentas manuais, etc.

17. Portanto, as características de segurança ROPS e FOPS devem ser levadas muito a sério quando da análise do produto ofertado no presente certame, uma vez que se tratam de características fundamentais de segurança para o operador da máquina.

18. Isto posto, uma vez que a ausência de uma das características de segurança pode resultar em uma situação manifestamente fatal para o operador da máquina, o que traz, além do risco de vida, que manifestamente é o principal, sérios problemas para a Administração Pública que declarou como vencedora empresa que não comprovou que a máquina possui todas as descrições exigidas no Edital e mesmo assim, optou por formalizar o contrato administrativo de fornecimento de produto fora das normas de segurança exigidas.

19. Revela-se imperioso destacar que a empresa Recorrida, pelos documentos apresentados, **não logrou êxito em comprovar a certificação ROPS e FOPS** exigida para os itens nos quais foi declarada vencedora, a saber: itens 03, 06, 07 e 10 do certame. Tal omissão caracteriza flagrante descumprimento das exigências editalícias, sendo igualmente relevante assinalar que esse fato não foi devidamente diligenciado ou requisitado pelo Sr. Pregoeiro durante a análise dos documentos apresentados pela referida empresa.

20. Diante do exposto, constata-se que a empresa Recorrida **não comprova adequadamente a descrição técnica do produto**, especialmente pela ausência do Certificado que ateste a proteção ROPS e FOPS da cabine da Escavadeira Hidráulica. Ademais, não foram apresentados os documentos comprobatórios pertinentes às certificações exigidas pelo Edital, em flagrante violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Assim sendo, requer-se, desde já, a **desclassificação da empresa Recorrida**, declarada vencedora dos itens 03, 06, 07 e 10 do referido certame, em razão do descumprimento das exigências editalícias indispensáveis à regularidade da participação no procedimento licitatório.



LUIZ HENRIQUE DOS REIS
LUCAS MIGUEL DE ALMEIDA
CAIQUE EDUARDO DOS REIS
THAIS RODRIGUES MENDONÇA

THAIS DE SOUZA PRADO
ISABELA CARNEIRO FIGUEIREDO
ADRIANA FERNANDES PEREIRA
ADÃO JOSÉ FERNANDES JÚNIOR

-[IV]-

PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL SUBORDINAÇÃO ÀS REGRAS DO EDITAL

21. É um pressuposto inquestionável do Estado Democrático de Direito a subordinação do Estado ao ordenamento jurídico vigente e, como notório, no âmbito da Administração Pública, tal pressuposto se traduz na observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, positivados no artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, *in verbis* (sem grifo):

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

“Art. 37. A **Administração Pública** direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.**”

22. No âmbito específico das licitações, a Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, consagrou-se expressamente a observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, dentre outros, em especial a vinculação ao edital (sem grifo):

- Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da **vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.”

23. Do exposto acima, depreende-se que a atividade administrativa deve ser exercida em absoluta conformidade com a Lei e com os princípios a ela inerentes. Dessa premissa extrai-se a seguinte fórmula: **a Administração Pública e os interessados estão vinculados e obrigados a cumprir os termos e as condições previstos no Edital.**

24. Nesse toar é a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello:

“O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observação feliz, que é a sua lei interna”. Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. Para tanto, a Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar. (...)”

25. No mesmo sentido assevera José dos Santos Carvalho Filho:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial. (...)”

26. Sem embargos de duntas opiniões em sentido contrário, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema importância para o julgamento das propostas e para a análise da habilitação, pois, além de evitar a alteração de critérios de julgamento e de dar a certeza aos interessados do que a Administração pretende, evita-se qualquer brecha para privilegiar ou perseguir qualquer participante, em louvor aos princípios da moralidade administrativa, impessoalidade e a probidade, ao não permitir que as regras estabelecidas no Edital sejam descumpridas pela Administração Pública ou pelos licitantes.

27. Posto que em consonância com o aludido edital, itens 9.4 a) e 10, resta devidamente indicado a ausência de cumprimento pela empresa Recorrida acerca da conformidade com os requisitos técnicos necessários dos aludidos itens em que se sagrou vencedora. Isto posto, seja pela ausência de comprovação de certificação TIER-III/MAR-I ou pela ausência de comprovação acerca da certificação da cabine dos equipamentos Rops/Fops, conforme preceitua expressamente o edital, anexo II - Especificações Detalhadas. Restando, assim, demonstrado, a plena irregularidade da empresa Recorrida em ter sido declarada vencedora do aludido certame, vejamos:



LUIZ HENRIQUE DOS REIS
LUCAS MIGUEL DE ALMEIDA
CAIQUE EDUARDO DOS REIS
THAIS RODRIGUES MENDONÇA

THAIS DE SOUZA PRADO
ISABELA CARNEIRO FIGUEIREDO
ADRIANA FERNANDES PEREIRA
ADÃO JOSÉ FERNANDES JÚNIOR

9.4. Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 56, incisos I a VI da Lei nº 13.303/2016, as propostas que:

- a) Não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital e seus anexos, descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório ou identifique o licitante antes da fase de lances;

10. HABILITAÇÃO

10.1. A PROPOSTA classificada em primeiro lugar, nos termos do item 9 deste Edital, deverá apresentar os documentos necessários à comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, válidos e que comprovem situação pré-existente à abertura do certame, relacionados nos subitens seguintes.

28. Assim, os argumentos aduzidos pelo Sr. Pregoeiro não coadunam com a verdade e, portanto, a empresa declarada vencedora dos itens 03, 06, 07 e 10, deverá ser desclassificada do presente certame por não ter observado as normas técnicas estipulada para praticar do aludido certame.

29. **Por todo o exposto, requer seja reconsiderada a decisão proferida pelo Sr. Pregoeiro, com a finalidade de declarar a empresa Recorrida desclassificada dos itens 03, 06, 07 e 10, do Anexo I – Termo de Referência, por não ter comprovado as exigências técnicas sobre a descrição dos bens indicados nos itens 03, 06, 07 e 10, bem como por ter deixado de apresentar documento exigido no Edital, o que fere os termos e condições do Edital, sob pena de violar os preceitos previstos em nossa Constituição, bem como o princípio da Vinculação ao Edital.**

- [V] -

DUPLO GRAU

REMESSA À AUTORIDADE SUPERIOR

30. O direito à “revisão” ou “duplo grau” da decisão administrativa no âmbito das licitações é assegurado pelo § 2º, do artigo 165, da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, *in verbis* (sem grifo):

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o



LUIZ HENRIQUE DOS REIS
LUCAS MIGUEL DE ALMEIDA
CAIQUE EDUARDO DOS REIS
THAIS RODRIGUES MENDONÇA

THAIS DE SOUZA PRADO
ISABELA CARNEIRO FIGUEIREDO
ADRIANA FERNANDES PEREIRA
ADÃO JOSÉ FERNANDES JÚNIOR

ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

31. Não se pode olvidar, outrossim, que o direito à revisão das decisões administrativas é amplamente amparado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seus princípios de acesso à justiça, da ampla defesa e do contraditório, relação com a qual a renomada jurista e professora Dra. Lucia Valle Figueiredo esclarece que o direito ao duplo grau é inerente ao contraditório e a ampla defesa, *in verbis* (sem grifo):

“O direito ao ‘duplo grau’ ou à revisibilidade é inerente ao contraditório e à ampla defesa, ou seja, o direito à revisão do decidido singularmente, quer sejam atos administrativos, que atinjam o administrado, quer seja em processos sancionatórios e/ou disciplinares.”

32. **Por todo o exposto, na hipótese das razões recursais não serem reconsideradas pelo ilustre Pregoeiro, o que seria um desatino, requer que o presente recurso seja submetido à análise e ao julgamento da Autoridade Superior, sob pena de responsabilidade, nos termos do § 2º, do artigo 165, da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021.**

-[VI]-

DAS MEDIDAS JUDICIAIS E DO TRIBUNAL DE CONTAS

33. A decisão que declarou a empresa Recorrida como vencedora do certame revela-se manifestamente ilegal, impondo-se sua imediata revisão, sob pena de comprometimento da lisura e regularidade de todo o procedimento licitatório.

34. A Recorrente, ao expor os apontamentos ora delineados, visa evitar que a Administração incida em equívocos que possam configurar irregularidades no âmbito do presente processo licitatório, pugnando, assim, pela observância estrita da legalidade e pela transparência que devem nortear todo o certame, motivo pelo qual se apresenta o presente recurso administrativo.

35. Outrossim, é de se esclarecer que a Recorrente não possui o intuito de interromper ou paralisar o processo por intermédio de medida judicial ou representação junto ao Egrégio



LUIZ HENRIQUE DOS REIS
LUCAS MIGUEL DE ALMEIDA
CAIQUE EDUARDO DOS REIS
THAIS RODRIGUES MENDONÇA

THAIS DE SOUZA PRADO
ISABELA CARNEIRO FIGUEIREDO
ADRIANA FERNANDES PEREIRA
ADÃO JOSÉ FERNANDES JÚNIOR

Tribunal de Contas da União. Contudo, na hipótese de não ser a questão sanada no âmbito administrativo, desde já se reserva o direito de lançar mão das vias judiciais e de controle externo, inclusive junto ao Tribunal de Contas, a fim de assegurar o fiel cumprimento das normas legais que regem o certame.

36. Reitere-se que a presente manifestação não objetiva, tampouco objetivou em momento algum, coagir este insigne Órgão. Longe disso, trata-se de uma comunicação formal acerca da intenção da Recorrente de reivindicar seus direitos, caso o presente recurso administrativo não seja devidamente provido. A Recorrente apenas busca, com isso, resguardar seus interesses legítimos dentro dos limites da legalidade.

37. Destaca-se que a possibilidade de discussão de matérias dessa natureza, especialmente no âmbito de processos licitatórios, tem sido amplamente admitida por meio de Mandado de Segurança, em virtude da manifesta violação a direito líquido e certo da licitante. Portanto, a Recorrente apenas se reserva ao direito de adotar as medidas judiciais cabíveis, caso não seja observado o devido provimento a este recurso.

- [VII] - DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer a ora Recorrente:

- a) Seja atribuído efeito suspensivo ao presente recurso tendo em vista a verossimilhança dos fatos e a probabilidade do direito aqui e ora vindicado e a eminência de dano irreparável ou de difícil reparação para a Administração Pública;
- b) Seja realizada a comunicação dos demais participantes para que, caso queiram, apresentem contrarrazões ao presente recurso administrativo, nos termos da cláusula 5.3.6, do Edital, cumulado com artigo 165, §4º, da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021;
- c) Seja dado provimento ao recurso administrativo para declarar a empresa Recorrida desclassificada dos itens 03, 06, 07 e 10, do Pregão Eletrônico nº



LUIZ HENRIQUE DOS REIS
LUCAS MIGUEL DE ALMEIDA
CAIQUE EDUARDO DOS REIS
THAIS RODRIGUES MENDONÇA

THAIS DE SOUZA PRADO
ISABELA CARNEIRO FIGUEIREDO
ADRIANA FERNANDES PEREIRA
ADÃO JOSÉ FERNANDES JÚNIOR

90018/2024, por não ter atendido às regras exigidas pelo edital do certame, apresentando diversas irregularidades na apresentação da documentação e Certificação Técnica exigida no presente Processo Licitatório, conforme exaustivamente demonstrada nas presentes razões recursais;

d) De forma alternativa, caso a r. decisão recorrida não seja retratada pelo ilustre Pregoeiro, requer que o presente recurso administrativo seja devidamente instruído e remetido à Autoridade Superior para o seu julgamento;

e) Seja enviada cópia integral da licitação para o Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União para que tomem conhecimento e providências sobre as irregularidades aqui e ora apresentadas.

Nestes Termos.

Pede Espera Deferimento.

Pouso Alegre/MG, 05 de dezembro de 2024.

(assinatura eletrônica)

XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA
Por Tian Dong

(assinatura eletrônica)

XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA
Por Luiz Henrique dos Reis

(assinatura eletrônica)

Lucas Miguel de Almeida
OAB/MG 165.513

(assinatura eletrônica)

Isabela Carneiro Figueiredo
OAB/MG 158.269